

**7ª Sessão do Seminário História Religiosa Moderna -
18/10/2011 - apresentação**

Os santos na corte de D. João III e D. Catarina – Ana Isabel Buescu (Universidade Nova de Lisboa)

Entre 1515 e 1518, o designado Mestre da Lourinhã pintava um óleo sobre madeira, hoje no Museu Nacional de Arte Antiga, no qual se via um santo, S. João Baptista, que amparava um jovem (figura entre menino e adolescente) de mãos postas, ajoelhado e com um livro de orações diante. Era o príncipe João, o filho mais velho do rei D. Manuel.

Eis um sinal precoce, por via da imagem, da presença da santidade na vida do futuro rei D. João III.

Cena semelhante voltou a ser representada, pelos anos 50, por António Moro, e em cerca de 1564 por Cristóvão Lopes, este pintando a partir do original de Moro. A pintura é quase igual à do Mestre do Louinhã. O Baptista, segurando uma faixa onde se lê, em latim, “cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo”. Um anjo que segura uma coroa sob a cabeça de um homem integralmente coberto de negro luto, olhar melancólico e triste, barbado e tal como o menino do mestre da Lourinhã, genuflectido, de mãos postas e com um livro de orações diante de si. Agora era o rei D. João III, na fase final da sua vida. O santo, o mesmo santo, continuava a acompanhá-lo.

Foi esta pintura, confesso, que me estimulou a propor a pesquisa de um objecto que vejo pouco trabalhado entre a bibliografia disponível relativa à questão da santidade. O papel dos santos na corte régia e na devoção dos reis.

Porque as pinturas se reportavam a D. João III, porque sobre a sua corte e a da mulher D. Catarina há um par de sólidos estudos, porque, como procurarei desenhar de seguida há uma série de outros aspectos que indiciam que uma reflexão sobre este tópico podia ser estimulante, optou a Comissão Científica do Seminário por eleger a corte de D. João III e D. Catarina e por escolher para abordar o assunto a historiadora que melhor as estudou, a Ana Isabel Buescu, nossa convidada de hoje e a quem muito agradeço a presença e a disponibilidade para reflectir sobre um assunto que, de facto, não comparece explicitamente nos seus dois estudos que já referi, *D. João*

III (Círculo de Leitores, 2005) e *D. Catarina de Áustria. Infanta de Tordesilhas Rainha de Portugal* (Esfera dos Livros, 2007).

A questão da santidade na corte não é, evidentemente, matéria virgem. José Adriano de Carvalho, em estudo publicado na *Via Spiritus* (1996), intitulado *Vida e Mercês que Deus fez ao venerável D. Leão de Noronha: do santo de corte ao santo de família na Época Moderna em Portugal*, autor que igualmente foi um dos que esteve ligado à publicação de outra obra importante neste domínio, refiro-me a *Espiritualidade e corte em Portugal (séculos XVI a XVIII)* (Porto, 1993), já salientou a escassez de fontes para estudar a questão da espiritualidade na corte, mas igualmente deu conta de um detalhe que, mais uma vez, como nas pinturas de que parti, intersecta o casal régio e a santidade, sugerindo que esta lhes não seria indiferente. Reportando-se à vida de D. Leão de Noronha (c. 1500-1572), explicava que como era comum entre a nobreza coeva, e porque tinha vários irmãos, D. Leão ingressou nos franciscanos, mas depois, dado que havia problemas na sucessão da sua casa pelo falecimento de outros irmãos, o pai retirou-de da religião e ele acabou por se casar com D. Branca de Castro, filha de D. Gonçalo Coutinho. Os dois formariam um casal muito harmonioso e virtuoso, motivo pelo qual, segundo José Adriano Carvalho, D. João III e D. Catarina se lhes referiam sempre como "os santos".

Na mesma linha, João Francisco Marques, em texto que redigiu para a *História Religiosa de Portugal*, ao tratar de itinerários de santidade, milagres, relíquias e devoções (trilogia que não devemos perder de vista ao reflectir sobre a santidade moderna) mostrou que o culto de certos santos não era estranho a reis e rainhas, dando o exemplo de D. Leonor, mulher de D. João II, a qual tinha particular devoção por Santa Auta, uma das 11 mil virgens, pelo que o imperador Maximiliano lhe oferecera o corpo da santa, que chegou a Lisboa e foi depositado no Convento da Madre de Deus, com grandes festejos, dando origem ao célebre painel atribuído aos designados mestres de Ferreirim, mais uma vez a pintura, que se encontra no Museu Nacional de Arte Antiga. Outro indício importante que liga este ambiente e esta espiritualidade cortesã à meninice do jovem D. João III. Acresce que o gesto de Maximiliano, ao dar relíquias à rainha para

estimular e consolar a sua piedade, foi mimetizado, continuo a seguir João Marques, pela rainha D. Catarina, a qual ofereceu muitas relíquias de santos para a catedral de Miranda do Douro, erecta em 1545, quando D. Toríbio Lopes foi nomeado para ela como seu primeiro bispo. Note-se que a criação desta diocese também teve como raiz impulsionadora o objectivo de colocar e distinguir clérigos da casa da rainha, que a acompanhavam desde que viera casar com D. João III em 1525. D. Toribio era, naturalmente, um deles. Em 1525 já era o seu esmoler mor e quando ascendeu à mitra ocupava exercia a função de deão da capela da rainha.

Em suma, pese a escassez de fontes de que fala José Adriano Carvalho há muitas pistas a sugerir a afeição e importância do culto de santos por parte do casal real D. João e D. Catarina. Acresce a isto, e com as breves referências que farei não pretendo esgotar o quadro de indagações que uma incursão neste domínio pode estimular, um conjunto de questões que tornam a santidade na corte particularmente interessante por estes anos.

Por um lado, como exemplarmente mostraram as pesquisas de Norbert Elias, sobremaneira o seu magnífico *A sociedade de Corte* (a tradução portuguesa, muito tardia, é de 1987) mas também no *O processo civilizacional* (traduzido em 1989, de igual modo tarde, o original data precisamente de 50 anos antes, 1939), a corte régia foi-se tornando cada vez mais um espaço de definição e modelação de códigos de conduta que, num movimento dialético, era permeável ao que lhe chegava do exterior e simultaneamente o condicionava. Ora, como é sabido, a construção da corte régia como centro da vida portuguesa teve um tempo forte na primeira metade de Quinhentos, precisamente nas cortes de D. Manuel e D. João III. Pelo que incumbe indagar até que ponto a piedade régia e em especial a devoção santoral não contaminaram, por mimese e até moda, as devoções dos seus vassallos, desde logo os cortesãos (nobres e clérigos) e depois a partir deste centro outros súbditos. No fundo, e para usar expressão cunhada por um dos historiadores que melhor percebeu a dimensão cultural da acção deste rei, refiro-me a Silva Dias, pergunto-me se não terá havido também na política cultural da coroa nesta época um vector que distinguiu a piedade de certos santos.

Por outro lado, é bem sabido que, principalmente por via dos contributos trazidos pela comitiva de D. Catarina, difundiu-se e adensou-se na corte régia o gosto pelas obras e pelo pensamento de Erasmo de Roterdão, com maior notoriedade enquanto a corte se fixou por Évora (nos finais da década de 20 e boa parte da seguinte). Em 1531, André de Resende escrevia o seu *Erasmi Encomium*, no qual muito louvava o estrela do humanismo europeu, explicitando a circulação e adesão que nutria na corte régia. Ora, como é sabido, o humanismo cristão em geral e o erasmismo em particular tinham uma visão relativamente crítica do modo como as populações cultuavam os santos. Disso se encontram abundantes traços no Elogio da Loucura, por exemplo, no capítulo XL, onde se pode ler passo que condena o ritualismo, exteriorismo e até superstição que eivava estas formas de piedade: "Muitos julgam que por verem uma imagem desse polifemo cristão que é S. Cristóvão já não morrem nesse dia; ou que por saudarem por palavras prescritas a Santa Bárbara regressam incólumes do prélio; ou que por rezarem a S. Erasmo em certos dias, com certas preces e certas velas, em breve ficarão ricos. Converteram Hércules em S. Jorge do mesmo modo que inventaram um novo Hipólito. Quase adoram o cavalo religiosamente adornado e revestido; oferecem-lhe pequenos presentes e juram por ele com dignidade real".

Ao mesmo tempo tempo a espiritualidade erasmiana, vincadamente cristocêntrica, conforme se vê no seu *Enchiridion Militis Christianae*, tendia a colocar num segundo plano o culto dos santos. Foi a corte aberta a estas reflexões de Erasmo? Teve isso impacto na piedade dos monarcas?

Note-se, no entanto, que por estes mesmos anos o culto dos santos era duramente combatido pelo luteranismo, pelo que a defesa do cristianismo romano também passava pelo sustentáculo e eventualmente correcção e disciplinamento do culto dos santos.

O erasmismo e o protestantismo muito vivos neste período não terão sido os únicos condicionadores do culto da santidade na corte. Invoco ainda, a chegada de uma nova congregação a Portugal, os jesuítas, durante os anos 40, os quais também foram portadores de uma nova espiritualidade que, conforme bem sabido, teve forte impacto junto tanto da rainha como do monarca. E não deixo de

recordar o peso que neste plano da consciência religiosa do monarca também teve outra instituição fundada em 1532, a Mesa da Consciência e Ordens, na qual se insinuou um grupo de teólogos que influenciaram significativamente o espírito do rei e o ambiente da corte. Giuseppe Marcocci, numa expressão muito feliz designou-os como os teólogos da corte, entre os quais se destacaram Diogo de Gouveia, Pedro Margalho, D. Diogo Ortiz de Vilhegas e António Pinheiro.

E recordo ainda uma outra circunstância destes anos. Os terríveis surtos de peste que, inclusivamente, forçaram a trasladação da corte de Lisboa para Évora. Até que ponto não foram um estimulante do recurso à protecção do santo que dela preservava: Sebastião. A corte ficou imune a ele nestas circunstâncias?

Em conclusão, como procurei observar através destas múltiplas vias, parece-me haver matéria mais do que suficiente para reflectir sobre *Os santos na corte de D. João III e D. Catarina* e ninguém melhor do que a Ana Isabel Buescu para nos guiar por estes estimulantes meandros.

José Pedro Paiva